



Resumo de Notícias

08/01/2016 - Telesíntese

FGV: Tarifas de telecom sobem pouco para as famílias de baixa renda

Instituição detectou alta de 1,11% no segmento ao longo de 2015, enquanto a inflação média foi de 11,52%

Os preços dos serviços de comunicação, incluindo telefonia celular e banda larga, foram os que menos subiram em 2015 segundo levantamento da Fundação Getúlio Vargas. A instituição mediu a inflação da baixa renda, pelo Índice de Preços ao Consumidor – Classe 1 (IPC-C1), e constatou que a alta média de preços foi de 11,52% no acumulado do ano, enquanto os serviços de comunicação subiram 1,11%. Índices como os de habitação e de transportes, que subiram 14,6% e 13,2%, respectivamente.

Segundo o Telebrasil, esse índice pode ser explicado pela queda de preço nos serviços ao usuário. “Na telefonia celular, desde 2008, o preço médio do minuto caiu 60%, fruto de uma acirrada competi-

ção, redução nas margens de lucro das empresas e aumento dos ganhos de eficiência das prestadoras”, afirma, em nota. A entidade representa as operadoras e concessionárias.

IBGE

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística revelados hoje, mostram resultado similar. No ano de 2015, a inflação geral (IPCA), não apenas entre o consumidor de baixa renda, ficou em 10,67%. O segmento de comunicações apresentou elevação de 2,11%, também abaixo das outras categorias. Um ano antes, em 2014, o setor apresentou deflação de preços, de -1,52%. (Com assessoria de imprensa)

08/01/2016 - Telesíntese

Telecom Italia nega início de conversas com Oi

Ontem, agência Reuters noticiou que Bayard Gontijo, CEO da Oi, já estaria em contato com conselho da holding italiana que controla a TIM Brasil

A Telecom Italia enviou nota à agência de notícias Reuters negando que tenha iniciado qualquer negociação com a Oi. Ontem, a agência noticiou que o CEO da concessionária brasileira já conversava com o conselho de administração da holding italiana, controladora da TIM Brasil.

Citando fontes que preferiam permanecer anônimas, a agência destacou que outros bancos devem ser chamados para assessorar o negócio, e que ainda em janeiro o BTG, adviser da Oi, entregará uma proposta para a transação, que envolveria o fundo Letter One, ainda em janeiro.



Resumo de Notícias

10/01/2016 - Carta Maior

O dinheiro limpo e o dinheiro sujo, segundo a Rede Globo

A A. Gutierrez repassou R\$25,9 milhões à candidatura de Aécio, mas a Globo constrói uma narrativa mostrando que doações à Dilma, menores, é que são sujas.

A revista *Época*, de propriedade da Rede Globo, na edição semanal que começou a circular dia 09 de janeiro de 2016, avacalha com a reportagem “Dilma garantiu empréstimo camarada do BNDES para Andrade Gutierrez em Moçambique”.

O texto é entremeado com recursos capciosos e insinuantes, para conferir um aspecto de trama novelesca à suposta “notícia”. A narrativa do que seria um ato administrativo da CAMEX, que é o órgão federal que cuida do comércio exterior, tem pitadas detetivescas e policiaescas. Com esta técnica, a revista quer induzir o leitor a digerir ao natural a conclusão de que este “novo escândalo descoberto” tem os seus bandidos, e é óbvio que os bandidos só poderiam ser a Dilma e o PT.

A leitura atenta da reportagem, entretanto, conduz à conclusão de que a revista *Época* comete fraude jornalística através da manipulação do fato. É fácil entender porque:

1. o governo de Moçambique apresentou ao governo do Brasil, pelas vias diplomáticas, razões plausíveis para o não atendimento da condição imposta pelo BNDES, de abertura de conta bancária garantidora em algum país com baixo risco de inadimplência, para poder receber o empréstimo de 320 milhões de dólares para a contratação da Construtora Andrade Gutierrez, que venceu a licitação internacional para a construção da barragem de Moamba Maior;

2. o governo de Moçambique deixou claro que, sem a flexibilização de parte do BNDES, o contrato da obra seria adjudicado com outra empresa de outro país que aceitasse as capacidades moçambicanas;

3. a CAMEX reuniu seus integrantes para analisar e deliberar sobre a situação. Ante a ameaça concreta com que se defrontava, de perder ou de manter um negócio de US\$ 320 milhões no comércio africano de serviços, a decisão foi pela equalização das

normas brasileiras às mesmas exigibilidades adotadas pelos países concorrentes;

4. em função disso, o BNDES foi autorizado a assinar o contrato de financiamento com o governo de Moçambique e o consórcio liderado pela Construtora Andrade Gutierrez para a realização daquela obra de infra-estrutura. Ponto final.

A revista *Época* poderia ter ficado neste ponto, mas avançou o sinal. Com linguajar sinistro, deu a entender que o entendimento jurídico entre os governos do Brasil e de Moçambique se entrelaça com a corrupção investigada pela Operação Lava Jato.

Com este viés, a reportagem associou as contribuições da Andrade Gutierrez para a campanha de reeleição da presidente Dilma com a corrupção na Petrobrás. A reportagem sugere que as contribuições legais da construtora [que estão na prestação oficial de contas da campanha Dilma no TSE], poderiam ser “propinas”: R\$ 10 milhões em 29/08/2014 e, entre 23/09 e 22/10/2014, mais R\$ 10 milhões, num total de R\$ 20 milhões.

A revista da Rede Globo foi preguiçosa e irresponsável. Ou agiu por genuína má-fé. Ela bem que poderia, ao menos, ter analisado as contas da campanha de Aécio Neves também no site do TSE [aqui], na linha imediatamente abaixo daquela onde estão disponíveis as informações da presidente Dilma, de onde a *Época* extraiu os dados que alimentaram seus delírios para incriminar a campanha petista.

As contribuições da Andrade Gutierrez para o Aécio foram: R\$ 2 milhões [em 01/08/2014]; R\$ 4,2 mi [em 08/08]; R\$ 2 mi [20/08]; R\$ 4 mi [29/08]; R\$ 9 mi [05/09]; R\$ 1,1 mi [10/09]; R\$ 300 mil [12/09]; R\$ 800 mil [17/09]; R\$ 200 mil [19/09]; R\$ 100 mil [26/09]; R\$ 1 mi [01/10]; R\$ 700 mil [em 03/10]; e R\$ 500 mil em 07/10/2014.



Resumo de Notícias

No total, a Andrade Gutierrez repassou R\$ 25,9 milhões para a candidatura do Aécio; ou seja, R\$ 5,9 milhões a mais que o valor repassado para a campanha da presidente Dilma.

Apesar dos dados oficiais, a Rede Globo constrói uma narrativa segundo a qual as doações de empresas para a campanha da Dilma têm origem suja, supostamente originárias da corrupção na Petrobrás; e, ao mesmo tempo, os repasses das mesmas empresas, feitos no mesmo período, saídas do mesmo caixa, e, ainda que em valores muito maiores para a campanha do Aécio, têm origem legal [sic]. Cândido assim!

O delírio da revista Época ganhou pernas nos demais veículos da família Marinho. O Jornal Nacional, também da Rede Globo, na edição de sábado empregou por preciosos minutos o mesmo viés tendencioso e parcial. O

Jornal O Globo de domingo traz matéria sobre o assunto.

O objetivo desta "denúncia" não tem nada de nobre: recorta a realidade, seleciona fatos, lança suspeitas infundadas, desestabiliza a situação política e serve como um libelo para os interesses tucano-golpistas no TSE, teatro onde Gilmar Mendes se esbaldava no julgamento revanquista das contas da campanha da Dilma.

Os critérios da família Marinho são curiosos. Para eles, dinheiro bom é o dinheiro da FIFA que sustenta o monopólio das transmissões de jogos de futebol; dinheiro limpo e honesto foi aquele conseguido com subserviência e cumplicidade na ditadura civil-militar para montar o império de comunicações; dinheiro bom é aquele das dívidas esquecidas e anuladas pelos governos amigos; é aquele dinheiro dos lucros obtidos com concessões vitalícias, ilegais e que nunca são licitadas e renovadas.

08/01/2016 - Carta Maior

FHC: o pior cabo eleitoral do país

Várias pesquisas mostraram que mais de 50% da população rejeitava candidatos indicados por FHC. O PSDB o escondeu, mas ele quer voltar a aparecer.

Com a autoridade de quem se tornou o pior cabo eleitoral do país, tamanha rejeição ao seu governo, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso saiu dos bastidores para insuflar a onda do impeachment, ao lado do "afilhado", o senador Aécio Neves. Sob o lema "chegou a hora de nós termos orgulho do que fizemos e do que somos", FHC se arvora de "estadista" em busca do resgate da popularidade.

Com pompa e circunstância, concedidas pelo PIG - o Partido da Imprensa Golpista - FHC usa e abusa de termos como "democracia", "decência", "reconstrução da vida política" quando o assunto não passa do mais descarado golpismo. Em sua página do Facebook, ao expressar votos para 2016, ele desejou "coragem para fazermos as mudanças necessárias". Dias antes, havia bradado a "legitimidade" do impeachment na rede social.

Sua presença se fez notar, ao longo de 2015, passando a agenda do golpe. Em agosto, FHC afirmava nas manchetes dos principais jornais do país que a renúncia de Dilma seria "um gesto de grandeza". Em setembro, indicava a data: "não sabemos quem estará de pé em 3 meses".

No esforço de repaginar a própria imagem, uma

dura realidade: a popularidade do ex-presidente continua péssima. Em junho de 2014, pesquisa do Datafolha apontava que 57% dos entrevistados não votariam em um candidato indicado por ele "de jeito nenhum". E mais: 43% dos eleitores de Aécio - desconhecido no período - diziam o mesmo.

Operação "abafa FHC"

Os 57% de rejeição a um nome apoiado por FHC, registrado em 2014, é exatamente o mesmo índice divulgado em março de 2001, em pesquisa CNI-IBOPE. Frente à impopularidade do grão-tucano, o então candidato José Serra não teve dúvidas: em 2002, estreou a operação "abafa FHC", repetida à risca por Geraldo Alckmin em 2006.

Questionado pela BBC-Brasil se subiria no palanque durante as eleições de 2006, FHC procurou se esquivar. "Hoje em dia o palanque é eletrônico, o outro não tem muita importância", afirmou. Também disse que contribuiria caso lhe pedissem alguma participação ou declaração. Ninguém pediu, pelo contrário. Alckmin tinha de enfrentar o tema das privatizações e lidar com a inevitável discrepância entre os números positivos do Governo Lula e os negativos de FHC.



Resumo de Notícias

Dois anos depois, uma pesquisa do CNT/Sensus indicava as intenções de voto para a sucessão presidencial em 2010. Nela, FHC aparecia na intenção de voto espontânea com pífio 1%. Em maio de 2010, com Serra novamente na disputa, outra pesquisa CNT/Sensus reiterava o prejuízo: 55,4% dos entrevistados não votariam em candidato indicado pelo ex-presidente. Com o grão-tucano fora dos programas eleitorais, Serra tentava convencer o eleitorado de que seria o melhor candidato para dar continuidade às realizações do Governo Lula.

Na disputa de 2014, porém, FHC reagiu. Conseguiu encabeçar Aécio Neves - que não era unanimidade entre os tucanos - na disputa presidencial. A retribuição de Aécio pelo apadrinhamento se fez notar em menções públicas ao tucano, ora como "estadista", ora como responsável pela "estabilização econômica", ora como tutor nos bastidores da campanha. Ao perderem nas urnas, a parceria se desdobrou em uma nefasta aposta no terceiro turno eleitoral.

Durante a convenção do PSDB, em julho de 2015, FHC mencionou a baixa popularidade. "Popularidade se perde e ganha outra vez. O que eu nunca perdi foi a credibilidade", bradou. Diante da plumagem de golpista e do tudo ou nada a que se presta, resta a pergunta: qual credibilidade?

A desconfiança da população

Os problemas do FHC com a voz da maioria vêm de longe. Uma passagem pela série histórica do CNI-IBOPE, mais precisamente pelos dados relativos à confiança no Presidente, revela que o índice de desconfiança da população em relação ao tucano se manteve acima dos 50%, ao longo de todo o segundo mandato (1999-2002). Foram quatro anos de governo sob a desconfiança da maioria dos brasileiros, segundo as pesquisas.

Em março de 1999, 54% dos entrevistados afirmavam não confiar em FHC; em dezembro, o índice saltava para 67%. Em dezembro de 2000, 57% manifestavam desconfiança. Em 2001, ela passou de 52% em março para 64% em dezembro. No último mês de mandato de FHC, o índice chegava a 62%. Apenas a título de comparação, em dezembro de 2010, o grau de confiança da população no então presidente

Lula batia os 81%. Apenas 14% dos entrevistados disseram não confiar no líder petista.

Aos 83 anos, FHC esbraveja catastrofismos econômicos, sem nenhuma menção, obviamente, ao fato de seu governo ter quebrado o país duas vezes - tema que será aprofundado neste espaço, em breve -, tampouco sobre os riscos que a turbulência política provoca na economia do país.

No artigo "Reinventando a história: o mito da estabilidade no governo FHC", publicado originalmente no blog de Renato Rabelo, Lécio Moraes desmonta o discurso da estabilidade econômica, apontando a quebra do país em 1999 e 2002, com direito a empréstimos do FMI, aumento estratosférico dos juros e o disparo da dívida pública líquida de 37% do PIB em 1994 para 60% em 2002.

Já a jornalista Maria Inês Nassif, em seu artigo "A autoridade moral de Fernando Henrique Cardoso I", publicado neste site, trouxe à baila os números do início do segundo mandato de FHC. Em 1999, o país apresentava crescimento de 0,5% do PIB, inflação em 8,9%, investimento público federal em 1,4%, além da perda de 582 mil postos de trabalho e da subida recorde do preço da cesta básica.

Números que explicam, por exemplo, a falta de expectativa entre os entrevistados do Vox Populi, em outubro daquele ano, quando 54% disseram que não teriam chances de melhorar de vida - eles estavam corretos: em 2002, FHC entregaria a faixa presidencial e um país com 12,2% de desemprego.

O presidente que menos combateu a corrupção

Na mesma pesquisa Vox Populi, de 1999, 74% dos entrevistados consideravam que a impunidade estava aumentando e 83% que a corrupção crescia no país. Passados impunes o caso Sivam e o caso da Pasta Rosa (ambos em 1995), a compra da reeleição (1997), entre outros, as privatizações corriam de vento em popa. Uma verdadeira farra que seria destrinchada anos depois, em trabalhos como O Brasil Privatizado (2003) de Aloysio Biondi, que denunciou a perda de R\$ 2,4 bilhões com a venda do patrimônio público; e A Privatária Tucana (2011) de Amaury Ribeiro Júnior.

Leia mais em:

<http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/FHC-o-pior-cabo-eleitoral-do-pais/4/35291>



Resumo de Notícias

07/01/2016 - Carta Maior

Canetada de Aécio Neves provoca demissão de quase 60 mil em MG

A última segunda-feira foi o primeiro dia do oficial desligamento dos 60 mil funcionários. Por que será que nenhum jornal deu destaque a tal absurdo?

O Brasil tem 5.037 municípios com uma população de até 50 mil habitantes. Isso equivale a mais de 90% de um total de 5.561 municipalidades. Os números contrastam e revelam que uma parte significativa da população brasileira vive em cidades que, para os nossos padrões, são consideradas pequenas. Sua existência é quase inacreditável para um paulistano típico, nascido e criado em uma das maiores cidades do mundo, em meio a outros 10 milhões de pessoas.

Os números acima revelam. Porém, os jornais, não. Essa semana vivemos mais um capítulo do imbróglio mineiro da lei 100. O Supremo Tribunal Federal determinou que quase 59.412 servidores públicos, efetivados em uma canetada, em 2007, pelo então governador Aécio Neves, hoje senador e atual presidente de seu partido, o PSDB, fossem desligados[1]. O STF alega inconstitucionalidade no processo de admissão do funcionalismo público que, como se sabe, se faz exclusivamente por concurso público, de concorrência ampla em praticamente todos os seus setores e instâncias – federal, estadual e municipal[2]. O senhor Aécio parece que não entendeu.

Devido à carência da cobertura jornalística, os números de servidores efetivados em 2007 são incertos. Mas, já se fala em cerca de 76 mil. Descontando os aposentados e desligados por motivos diversos, o saldo da dispensa determinada pelo STF é de 60 mil. Como visto no primeiro parágrafo deste texto, se reuníssemos todos esses servidores em um mesmo lugar, teríamos mais uma cidade brasileira. Para deixar os nossos números mais interessantes, uma comparação bem popular: à exceção do Flamengo e Coritiba, no dia 17 de setembro, em Brasília, nenhum outro jogo do Brasileirão 2015 chegou à cifra dos 60 mil.

José Murilo de Carvalho, em seu *Construção da ordem*, demonstra como os bacharéis coimbrenses do século XIX, filhos da elite agrária brasileira, ao voltarem para o Brasil, encontram-se praticamente distantes de qualquer possibilidade de uma atuação profissional que garanta o mesmo “prestígio” político e econômico de seus pais, de sua tradicional família. E assim ingressam no serviço público – contribuindo, quiçá, para a compreensão do motivo de alguns de seus salários serem tão exorbitantes (mas isso é conversa para outro texto). Faz-se, então, a fama de um funcionalismo público, alvo de muitos comentários jocosos, que, a despeito da qualificação profissional, garante uma estabilidade econômica invejável por muitos. Debalde a constante instabilidade da política e economia tupiniquim, ter o salário garantido no final do mês é uma grande vantagem.

Nada mais do que normal que estes funcionários efetivados na canetada do senador mineiro adquiram dívidas – como a da casa própria – e planejem o seu futuro, as vezes o futuro de uma família em função do cargo concedido por uma autoridade política e administrativa como o próprio governador[3]. Com tal chancela, pensa-se, minimamente, que ele sabe o que está fazendo. Aliás, admite-o como uma figura extremamente preocupada com a máquina pública e com a qualidade dos serviços à medida em que procede de tal maneira. Para alguns, designados por eternos contratos, sempre renovados, isso soa como uma calma e fina canção mineira como a de Milton Nascimento.

Leia mais em:

<http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Canetada-de-Aecio-Neves-provoca-demissao-de-quase-60-mil-em-MG/4/35282>

Resumo de Notícias

10/01/2016 - Vermelho

Por que a mídia silencia sobre o assassinato de um bebê indígena?

Por que o assassinato de um bebê indígena registrado em vídeo passou despercebido pelos meios de comunicação brasileiros? Criança foi atacada e teve a garganta cortada enquanto mamava no colo da mãe. Morte do pequeno Vítor diz muito sobre como o Brasil cuida de seu povo nativo.

Na tarde de

30 de dezembro, uma mulher da etnia Caingangue amamentava o filho de dois anos, sentada numa calçada junto à central rodoviária da cidade de Imbituba, no Estado de Santa Catarina. Eles tinham dormido naquele local juntamente com um grupo de indígenas após terem efetuado uma viagem de ônibus que durou oito horas, desde Chapecó até Imbituba, onde vendem artesanato.

No estado de Santa Catarina, o fim do ano é a época em que as praias famosas ficam cheias de turistas vindos de outras partes do país e do exterior como Uruguai e Argentina. O povo indígena vê neste fluxo de visitantes uma oportunidade para vender artesanato e gerar alguma receita. As estações rodoviárias ficam cheias de artesãos, que passam ali a noite para estarem mais perto dos clientes que chegam de ônibus.

A jovem mãe segurava o seu bebê encostada ao muro quando um desconhecido se aproximou deles.



Imagens da câmera de segurança mostram o homem a aproximar-se. Ele primeiro tocou na face do menino Vítor Pinto e depois, com uma pequena lâmina, desferiu um golpe cortando a garganta da criança, fugindo logo de seguida. A mãe, desesperada, gritou por ajuda, mas o pequeno Vítor acabaria

por morrer. Tinha apenas dois anos.

Este crime horrendo de uma criança, assassinada a sangue-frio, nos braços da mãe e em plena luz do dia não ocupou as manchetes da imprensa nacional. Apenas alguns jornais deram a notícia, de forma discreta. A jornalista Eliane Brum, opina sobre o caso no jornal espanhol El País:

Se fosse meu filho, ou de qualquer mulher branca de classe média, assassinado nessas circunstâncias, haveria manchetes, haveria especialistas analisando a violência, haveria choro e haveria solidariedade. E talvez houvesse até velas e flores no chão da estação rodoviária, como nas vítimas de terrorismo em Paris. Mas Vítor era um índio. Um bebê, mas indígena. Pequeno, mas indígena. Vítima, mas indígena. Assassinado, mas indígena. Perfurado, mas indígena. Esse "mas" é o assassino oculto. Esse "mas" é serial killer.

Leia mais em:

<http://www.vermelho.org.br/noticia/274886-6>